

**ATA - 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48

**DATA:** 23/02/2016

**LOCAL:** Auditório da ARDOCE – Governador Valadares/MG.

No dia 23 de fevereiro de 2016 (terça-feira), às 13h30min, teve início a 28ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce, no auditório da ARDOCE, em Governador Valadares/MG. O Sr. LEONARDO DEPTULSKI, Presidente do CBH Doce, deu abertura a reunião informando os assuntos a serem discutidos, dentre eles o andamento do contrato de gestão IGAM-IBIO e as ações referentes ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. Informou ainda sobre o convite do CBH Doce ao Sr. Breno Longobucco, representante da Força Tarefa de Minas Gerais, para apresentação do Relatório Final. Solicitou a inserção na pauta da discussão sobre o termo aditivo do Contrato de Gestão com a ANA. Segundo o Presidente, ele esteve reunido com representantes da ANA para discutir o assunto, sendo que necessário se faz que o Comitê encaminhe solicitação de apoio técnico do órgão gestor na elaboração dos termos de referência do contrato. Ficou acordado pela plenária que o ofício será encaminhado solicitando o apoio técnico. O contrato possui três eixos, dentre eles, estudo sobre a gestão de crise voltada para barragens, atualização do atlas de abastecimento urbano e estudo voltado para o sistema de monitoramento e gestão dos recursos hídricos na bacia do rio Doce. O Sr. EDSON VALGAS, Secretário Executivo deu abertura a reunião considerando a existência de quórum. Primeiramente colocou a ata da reunião anterior para aprovação, informou que alguns membros propuseram contribuições. As contribuições foram incorporadas ao texto e foram aceitas pelo plenário, desta forma o documento foi aprovado. Em seguida foi passado para o ponto de pauta sobre a discussão do andamento do contrato de gestão firmado entre IBIO-AGB Doce – entidade delegatária e equiparada às funções de agência de água da bacia – e o IGAM. Coube ao representante do IGAM, Breno Esteves Lasmar, esclarecer sobre os trâmites referentes à renovação do contrato. afirmou que houve na última semana reunião com os Presidentes dos CBHs mineiros e representantes do IBIO para apresentação do trabalho desenvolvido pelo IGAM para cumprir o prazo de 120 dias que foi relacionado, e para responder todas as dúvidas neste cenário de renovação do contrato de gestão junto ao IBIO. Na avaliação das equipes já houve avanço significativo e que já se encontram na etapa final dessas avaliações, o trabalho demanda esforço dos dois lados, processo mais moroso do que se gostaria. Os pontos que geraram dúvida quanto à renovação do contrato, recomendados pela Procuradoria referente a suspensão temporária do contrato, e apresentados no parecer da CTACG (Comissão Técnica de Acompanhamento do Contrato de Gestão), foram três. O primeiro deles foi a nota de desempenho da entidade equiparada (IBIO). Na primeira avaliação realizada recebeu nota baixa, na segunda nota bem melhor, e a Comissão recomendou a prorrogação por um ano pra que pudesse avaliar o desempenho no terceiro ano consecutivo e assim teria condições de avaliar se a entidade tinha recuperado o trabalho com mais expertise e eficiência. A segunda referente a prestações de contas cujas análises estavam pendentes o que vinha trazendo, não só por parte do IGAM, mas por parte do IBIO dúvidas com relação ao procedimento. E o terceiro e último ponto, num processo de despesa específico que era referente ao SIG Gestão, sistema de informação contratado para a bacia. Estes processos estão todos em acompanhamento. No dia 17 de fevereiro houve reunião extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídrico em que foi aprovada proposta levada pelo IGAM, em que se criaram procedimentos uniformes usados para fazer análise das prestações de contas das diárias de viagem que era um dos pontos de divergência de entendimento entre as entidades equiparadas e o IGAM. As análises das despesas de viagens que vinham sendo feitas, entre 2010 e 2014 eram como se fossem

49 despesas de convênio, no entanto, o entendimento do CERH não foi este, e desta forma com  
50 aprovação desta nova Deliberação, os processos desses períodos serão revistos. Informou que  
51 no dia 28 de março os representantes dos CBHs mineiros voltarão a se reunir com o IGAM e o IBIO  
52 – AGB Doce para que se tenha um cenário mais claro sobre a possibilidade de prorrogação  
53 do contrato de gestão com o IBIO, até dezembro deste ano, trabalhando neste período um  
54 novo contrato de gestão que será de vigência de 05 anos, cumprindo a recomendação  
55 inicial feita pela Comissão, CTACG, que era de prorrogar por 12 meses. Segundo o Sr. BRENO  
56 LASMAR, a sinalização que têm hoje é de que todo trabalho e esforço feito nestes 120 dias  
57 vêm tendo resultado muito positivo. A Sra. GILSE OLINDA perguntou sobre o andamento do  
58 processo referente ao SIG Gestão. De acordo com o Sr. BRENO a dúvida se dá sobre a  
59 condução do ato convocatório sendo que houve sinalização de decisão por parte da  
60 Diretoria Geral do IGAM para que houvesse reprovação desta despesa. O IBIO apresentou  
61 um esclarecimento adicional que está sendo analisado tecnicamente e o recurso foi  
62 recebido com efeito suspensivo dando prazo para o IGAM analisar e esclarecer. O processo  
63 foi baixado para esclarecer demais pontos e sem seguida será levado ao Conselho  
64 Administrativo do IGAM que irá julgar este processo, caso não tenha sido possível esclarecer  
65 tudo de imediato. A expectativa é que na próxima reunião tenha um cenário claro de  
66 solução de todas as dúvidas. Explicou que mantiveram o repasse do 7,5% para custeio da  
67 agência e que foi feita a suspensão dos 92,5% que aguarda a solução referente ao termo  
68 aditivo, no entanto, o IBIO possui condições de honrar com todas as despesas firmadas tendo  
69 em vista que está com 30 milhões em caixa. Explicou sobre o processo de “desequiparação”  
70 de agências de bacia em que o IGAM age supletivamente até a escolha de nova entidade.  
71 A Sra. GILSE OLINDA falou das dificuldades que podem acontecer caso aconteça este  
72 processo. O Sr. JOSÉ ÂNGELO PAGANINI destacou ainda a dificuldade decorrente da questão  
73 de agência única, visto que o CBH é um Comitê de Integração. O Sr. BRENO LASMAR frisou  
74 que o esforço é a solução da problemática junto ao IBIO, que já sinalizou a intenção de  
75 judicialização do processo pelo entendimento de que a decisão do IGAM é equivocada.  
76 Passado para o ponto referente às discussões sobre as ações referentes ao rompimento da  
77 barragem de Fundão em Mariana/MG, o Sr. EDSON VALGAS citou os principais assuntos como  
78 a aprovação da prévia do Relatório de Atuação das Ações dos Comitês da Bacia do Rio  
79 Doce, as ações da CTGEC, etc. Houve contribuições do Sr. SENISI ROCHA, que solicitou  
80 inserção de texto introdutório no documento. A Sra. LUCIANE MARTINS solicitou correção de  
81 que umas das reuniões foi proposta pelo CBH Suaçuí e não pela CTGEC como constava no  
82 documento. Solicitou também inserção de notas sobre reuniões de alinhamento com as  
83 universidades para ações de estudo para recuperação da bacia. A Sra. GILSE OLINDA  
84 questionou sobre o relatório anual de atividades do Comitê do ano de 2015. Disse que os  
85 membros do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão não foram convidados  
86 para nenhuma reunião de avaliação do trabalho do IBIO AGB Doce ao final de 2015, porém,  
87 o assunto está sendo discutido da mesma forma. Solicitou ainda que a agência convide o  
88 GACG trimestralmente para avaliação referente às atividades realizadas no ano de 2015. Foi  
89 definido como encaminhamento que o Relatório de Atividades do CBH Doce 2015 seja  
90 apresentado na próxima reunião. O Sr. JOSÉ ÂNGELO PAGANINI disse acreditar que o GACG  
91 é um grupo autônomo e que desta forma não depende da agência para funcionar, ele deve  
92 fiscalizar tanto as ações da ANA quanto do IBIO. Falou que esperar o fiscalizado chame o  
93 fiscalizador para fiscalizá-lo é uma maneira ineficiente, o grupo deve ser mais ativo. Elogiou a  
94 ação da CTGEC que vem trabalhando intensivamente no Comitê. Foi definido ainda como  
95 encaminhamento que seja dado o prazo de 01 semana aos membros do CBH Doce, para  
96 que leiam o Relatório de Atuação e façam suas contribuições, para que desta forma o

97 documento seja consolidado. O Sr. SENISI ROCHA pediu que o arquivo seja encaminhado em  
98 formato aberto e que o definido durante a reunião foi de que o nome do documento seria  
99 nota. A Sra. JULIANA VILELA explicou que somente consegue encaminhar o texto em DOC,  
100 visto que o formato encaminhado foi enviado para que os membros vejam o layout. Em  
101 seguida o Sr. Breno Longobucco, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
102 Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana de Minas Gerais (SEDRU) apresentou as  
103 atividades realizadas pela Força Tarefa Estadual criada após o rompimento da barragem de  
104 Fundão, em Mariana/MG. Ele apresentou uma avaliação dos efeitos e desdobramentos do  
105 rompimento da barragem, além de um diagnóstico dos danos ambientais, materiais e  
106 humanos. Segundo ele a Força Tarefa recebeu das prefeituras de Mariana, Barra Longa, Rio  
107 Doce e Santa Cruz do Escalvado um relatório com os prejuízos econômicos causados pelo  
108 acidente. São prejuízos relacionados à morte de animais e à perda de plantações, máquinas  
109 e equipamentos, além de danos causados a pequenos comerciantes, que totalizaram R\$  
110 253.053.436,42. A Força Tarefa avaliou que o desastre afetou direta ou indiretamente mais de  
111 311 mil pessoas que moram em municípios abastecidos pelo rio Doce ou que têm no  
112 manancial sua fonte de renda. Ainda segundo o representante da SEDRU, o principal dano  
113 ambiental causado ao rio Doce se relaciona à qualidade da água. Laudos apontam que a  
114 água bruta apresenta turbidez e características físico-químicas discrepantes dos padrões  
115 estipulados pelas normas. Além disso, houve o assoreamento drástico dos rios Gualaxo do  
116 Norte, Carmo e de parte do rio Doce até a barragem de Candonga. O representante se  
117 colocou a disposição para questionamentos. Os membros fizeram suas considerações e  
118 perguntas, sem seguida foi passada a palavra a Sra. LUCIANE MARTINS. A mesma apresentou  
119 algumas atribuições da Câmara Técnica de Eventos Críticos, como a de propor diretrizes,  
120 planos e programas para monitorar e prevenir os efeitos dos eventos críticos na área da Bacia  
121 do Rio Doce. Segundo a Presidente da Câmara Técnica constam no relatório de atuação  
122 algumas informações das ações da CTGEC. Falou também sobre a proposta das reuniões  
123 setoriais para discutir as futuras ações após o rompimento barragem, como as universidades,  
124 setor rural, etc. Com relação às reuniões de alinhamento realizadas com as universidades,  
125 apresentou a proposta de criação de Grupo de Pesquisa, ligado ao CNPQ, com participação  
126 de diversas universidades e institutos, com objetivo de atuar visando a recuperação da bacia  
127 do rio Doce. Será encaminhado aos membros do CBH Doce, para conhecimento, o projeto  
128 de criação do grupo. Disse que vários editais de projetos de pesquisa estão surgindo no  
129 momento e o objetivo é que as universidades se unam em prol da bacia. O Presidente do  
130 CBH Doce falou da necessidade de constante acompanhamento das atividades do Comitê  
131 por parte dos membros, através de acesso diário nas páginas do site do Comitê. Finalizados os  
132 pontos de pauta a reunião foi encerrada às 16h30.

133



134

**LEONARDO DEPTULSKI**

135

Presidente do CBH-Doce

136

137

138



139

140

141

**EDSON VALGAS DE PAIVA**

142

Secretário Executivo CBH-Doce

143